

Da educação Bolsa-escola perde R\$ 67 milhões

Subcomissão orçamentária libera só R\$ 4 milhões e inviabiliza conclusão do programa do Governo Cristovam

A emenda coletiva apresentada pela bancada do DF no Congresso Nacional para o orçamento de 96, destinando R\$ 71 milhões para o Programa Bolsa Escola - a menina dos olhos do governo Cristovam Buarque - não vingou na Subcomissão de Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social. O sub-relator, senador Romero Jucá (PPB-RR), liberou R\$ 4 milhões para o programa. Ou seja, apenas 5,6% do total de requisitado - o que inviabiliza a concretização do programa para o universo de 60 mil famílias ainda este ano. Se o DF fosse contemplado com o montante pedido, o Governo Federal assumiria sozinho o projeto, lançado pelo Partido dos Trabalhadores durante a campanha eleitoral.

“Para o tipo de emenda, estes R\$ 4 milhões já significam um valor altíssimo”, argumentou Jucá. O sub-relator justificou que os pedidos de emendas chegaram a um montante de R\$ 6 bilhões, mas a disponibilidade da subcomissão era de apenas R\$ 300 milhões para distribuir entre todas as unidades federativas. O próprio relator do orçamento, deputado Iberê Ferreira (PFL-RN), disse que não vai poder destinar mais nenhuma verba para o programa. “Se eu disser que posso me comprometer com a educação do DF, todos os outros estados também vão querer mais verbas”.

O secretário de Educação, Antônio Ibañez, confirmou que o governo local já havia reservado um montante para atender 20 mil famílias com a Bolsa Escola este ano. “O ideal seria conseguir completar o programa todo com estes recursos extras. Embora tenha sido um corte muito drástico, foi importante conseguirmos alguma coisa”, avaliou o secretário. “A questão da Bolsa Escola preocupa, mas vamos lutar para ampliar os recursos federais porque este é um projeto de Brasília, mas que tem um reconhecimento nacional”, disse o deputado federal Chico Vigilante (PT).

Água - Outra emenda analisada pela Subcomissão de Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social reduziu para apenas R\$ 5 milhões os R\$ 18,5 milhões requeridos pela bancada para o abastecimento de água. Na justificativa dos parlamentares do DF, o recurso total beneficiaria 200 mil habitantes que não têm acesso ao sistema de água potável. “Já esperávamos que o montante solicitado nas emendas não viesse, mas a postura do governo é tentar reverter esta situação”, disse o secretário de Governo, Hélio Doyle. “É bom lembrar que esses relatórios das subcomissões não significam o parecer final. A diminuição e os cortes nos pedidos das emendas preocupam, mas a situação não é irreversível”.